



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Registro: 2012.0000026880

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0010194-60.2009.8.26.0320, da Comarca de Limeira, em que são apelantes JOSÉ NILSON NOGUEIRA (JUSTIÇA GRATUITA), ANTONIO LUIZ FARKOUH, AREF ARKOUH, CLAUDIA FARKOUH PRADO, RENATA FARKOUH VARELLA COSTA e SILVANA FARKOUH SALVIA sendo apelados ORLANDO CONTI (JUSTIÇA GRATUITA) e TEREZA PAULA CONTI (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos agravos retidos e às apelações. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PALMA BISSON (Presidente) e ROMEU RICUPERO.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2012.

Dyrceu Cintra
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

2

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Apelação nº 0010194-60.2009.8.26.0320 (AcR)

4ª Vara Cível da Comarca de Limeira

Apelantes – José Nilson Nogueira

– Antonio Luiz Farkouh e outros

Apelados – Orlando Conti e outro

Interessada – Lucy Slur Farkouh

Voto nº **20.077**

Acidente de trânsito. Atropelamento com morte. Ação de indenização movida por pais do falecido. Parcial procedência na origem. Apelos dos réus, motorista do veículo e titulares da propriedade rural à qual este estava vinculado. Agravos retidos. Possibilidade de regularização do polo passivo. Adoção do rito ordinário de que não decorre prejuízo à parte. Maior amplitude de defesa. Substituição de debates por memoriais. Faculdade do juiz. Inexistência, no caso, de questões complexas de fato ou de direito a justificá-la. Solução de mérito que se impunha. Responsabilidade do motorista evidenciada. Imprudência. Evasão do local. Necessidade de investigação policial para identificar o atropelante. Responsabilidade dos corréus bem firmada. Guarda do veículo. Solidariedade. Dano material. Ajuda aos pais não desmentida e presumível. Pessoas humildes. Baixo salário do falecido. R\$528,58 mensais. Pensão corretamente fixada em 2/3 do salário até a data em que o falecido faria 21 anos e 1/3 depois disso. Dano moral também caracterizado. Indenização à base de 294 salários-mínimos. Adequação. **Agravos retidos e apelos improvidos.**



PODER JUDICIÁRIO

3

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Trata-se de apelações interpostas contra sentença que julgou parcialmente procedente ação de indenização por danos material e moral decorrentes de atropelamento do filho dos autores por veículo dirigido por um dos réus, de propriedade dos demais.

O corréu José Nilson Nogueira, motorista do veículo, pugna pela improcedência da ação, alegando, em suma, que: (a) não agiu com culpa; (b) trafegava com cuidado e em velocidade compatível com o local; (c) foi surpreendido pela presença da vítima, que caminhava pela pista, em local escuro, sem calçada ou acostamento; (d) foi absolvido na esfera criminal, com base no artigo 383, III, do CPP.

Os demais corréus requerem sejam conhecidos dois agravos retidos questionando: (a) sua colocação no polo passivo e a adoção do procedimento sumário; (b) o indeferimento de pleito de substituição de debates orais por memoriais.

No cerne, querem seja a ação julgada improcedente porque: (a) a sentença não afirma a que título foram responsabilizados; (b) não são proprietários do veículo, que pertence exclusivamente a Lucy Slur Farkouh, segundo partilha no inventário de Rafic Farkouh; (c) o fato



PODER JUDICIÁRIO

4

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

de o veículo ficar guardado na Fazenda São Bento não os faz responsáveis pelo acidente; (d) não são empregadores do motorista e não podem ser responsabilizados por seus atos, ainda mais que ele não estava autorizado a usar o veículo fora da fazenda e de seu horário de trabalho, para tratar de assunto particular; (e) o acidente não ocorreu como descrito na sentença, havendo contradição entre os testemunhos e indicação de culpa exclusiva da vítima.

Subsidiariamente, pedem: (a) seja excluída ou reduzida a pensão por não haver prova de que o falecido entregasse 70% de seu salário ao pai, tanto que morava sozinho; (b) seja rechaçada a indenização por dano moral por falta de pleito de valor específico, ou, alternativamente, reduzido o valor arbitrado.

Os recursos foram recebidos, regularmente processados e respondidos.

É o relatório.

Os agravos retidos não vingam.

Apesar dos termos da decisão objeto do primeiro agravo (fls. 92), o que houve, verdadeiramente, não foi nomeação à autoria.



PODER JUDICIÁRIO

5

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Com efeito, se a Fazenda São Bento não tem personalidade jurídica, não podia comparecer aos autos com o intuito de nomear à autoria os seus proprietários.

O que ocorreu é que os autores se enganaram no endereçamento da ação e, uma vez esclarecido quem eram os titulares daquela propriedade rural, Lucy Slur Farkouh, viúva meeira, e os herdeiros de Rafic Farkouh (fls. 74), inclusive pelo comparecimento espontâneo de um deles, Antonio Luiz Farkouh, acompanhado de advogado, na audiência de conciliação (fls. 91/92) e por petição (fls. 106/110), foi autorizada a regularização do polo passivo (fls. 120/122), citando-se os réus, que responderam a ação (fls. 170/194).

Isso, aliás, já foi objeto de outro agravo e esta turma julgadora entendeu adequada a correção por aplicação do princípio da economia processual e por imperativo de razoabilidade (AI 0256604-51.2010.8.26.0000/990.10.256604-8, j. 01.7.10).

Por outro lado, como também já salientado no julgamento anterior, embora o artigo 275, II, *d*, do CPC preveja o rito sumário para a espécie, nada impedia que, à vista do ocorrido, fosse adotado o rito ordinário.



PODER JUDICIÁRIO

6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Neste há maiores possibilidades de defesa.

Também não prospera a alegação de cerceamento de defesa por indeferimento da substituição de debates por memoriais.

Todas as provas requeridas pelas partes foram produzidas.

E a legislação prevê que a substituição é uma faculdade do juiz, não um direito da parte, restringindo-se a casos em que houver “questões complexas de fato ou de direito” (art. 454, § 3º, do CPC), o que aqui inexistente.

No cerne, a sentença não comporta reparo.

É incontroverso que o filho dos autores, Josias Conti, caminhava ao longo da avenida Lauro Correia da Silva, em Limeira, no dia 31.07.07, quando foi atropelado pela Saveiro dirigida pelo corréu José Nilson, vinculada à Fazenda São Bento, de titularidade dos demais réus, onde o motorista trabalhava.

Josias ficou internado em razão de traumatismo craniano, sofreu diversas cirurgias e faleceu, em razão dos ferimentos, em 28.01.08 (fls. 24 e 30/58).



PODER JUDICIÁRIO

7

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

A apuração dos fatos foi dificultada pelo fato de ter o motorista deixado o local sem prestar socorro à vítima.

Alegou temor de agressão por pessoas que ali se aglomeraram.

Mas nem depois se apresentou à polícia, que teve que desenvolver investigação de um mês para localizá-lo (fls. 31 e seguintes e fls. 316).

E, como bem posto na sentença, as testemunhas trazidas pelos autores, são convincentes de que José Nilson agiu com culpa por imprudência.

Aparecido Donizetti, Antonio Beraldo e Jorge Gomes vinham em sentido contrário e presenciaram o acidente.

Convergiram nas afirmativas de que a pancada do veículo na vítima foi abrupta e forte, no acostamento, levantando “um poeirão”, e de que o motorista seguiu em frente, sem prestar socorro; não parou nem retornou depois ao local (fls. 310, 312 e 314).



PODER JUDICIÁRIO

8

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Diante de tão expressiva prova de falta de atenção ao volante, o testemunho de Devair de Souza e as informações prestadas por José de Araújo, que estavam na Saveiro, não merecem credibilidade.

Devair estava no banco do passageiro. Disse que só sentiu o impacto. Nada trouxe de útil à verificação de como ocorreu o acidente. E a alegação de que vinha em sentido contrário um veículo com farol alto, causando ofuscamento, não afasta a culpa, como bem se sabe.

Araújo, que não prestou compromisso, é cunhado de José Nilson. Estava na caçamba e não pode ter visto, por óbvio, o tal veículo com farol alto em sentido contrário.

Acima de tudo, é inconcebível que ambos tenham deixado o local, junto com o motorista, sem prestar socorro à vítima, mantendo-se silentes sobre o acontecido nos dias seguintes, mesmo diante da óbvia gravidade do acidente.

Também não se sustenta a assertiva deles, ligados ao atropelante, de que a Saveiro não invadiu o acostamento, ao contrário do que afirmam três testemunhas presenciais, desinteressadamente.



PODER JUDICIÁRIO

9

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Ademais, diante das características da pista – reta e plana, com ampla visibilidade – a culpa do corréu, mesmo que o choque tenha ocorrido sobre a pista, é clara.

Se estava escuro, na noitinha de inverno, o uso do farol era obrigatório, pouco importando saber se havia iluminação pública ou não naquele trecho.

Como bem ressaltado pelo juiz sentenciante:

“Não se olvide do enunciado do artigo 29, parágrafo 2º da Lei 9503/97 que de forma categórica e didática impõe a todos os motoristas e ciclistas o dever de resguardar, todos, frisa-se, a segurança, a incolumidade dos pedestres. Também o Código de Trânsito em seu artigo 68 faz expressa referência à possibilidade do pedestre fazer uso da via, desde que em fila única, quando não dispõe de local apropriado para a caminhada. Nota-se que circunstâncias presentes na espécie, que não deixam dúvida o dever de cuidado por parte do motorista em circunstâncias especiais de trânsito de pedestre. Ciente, inclusive, de tais circunstâncias relevantes, haveria o réu



PODER JUDICIÁRIO

10

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

motorista, por imposição da própria regra de trânsito, redobrar a atenção, tomar todas as cautelas próprias do motorista diligente para que não expusesse a perigo os pedestres que conhecidamente por ele faziam uso da via como local de caminhada. Não se pode desprezar o quanto informado por José de Araújo de que a caminhada de pedestre é frequente no local independente da hora. Vê-se, por conseguinte, que a caminhada da vítima de seu trabalho para sua residência era fato comum a todas as pessoas, em momento algum passível de ser considerada circunstância de inopino, de exceção para fazer elidir o dever de cuidado e, via de consequencia, a exclusão da culpa nos termos em que pretendido em contestação (fls. 306/307).

Ressalte-se que a absolvição no juízo criminal não vincula o juízo civil.

A jurisprudência é pacífica sobre isso (TJ-SP, 36ª Câmara, AsR 1.091.134-0/5, rel. Arantes Theodoro, j. 27.09.07; extinto 1º TAC-SP, 6ª Câmara de Férias de Janeiro de 2002, Ap. Sum. 1.021.733-5, rel. Jorge Farah,



j. 31.01.02; extinto 1º TAC-SP, 2ª Câmara, AI 961.402-4, rel. Morato de Andrade, j. 22.11.00).

E aqui, como visto, há prova de culpa tendente à responsabilização.

A culpa do motorista indica a responsabilidade solidária dos demais réus, proprietários da Fazenda à qual ele prestava serviços.

O veículo estava vinculado àquela propriedade rural, pouco importando em nome de quem estava registrado ou que em posterior partilha tenha sido atribuído à meeira do falecido Rafic Farkouh, pai dos corréus.

Também não merece análise o motivo do uso do veículo.

O motorista o fazia autorizadamente, pouco importando que não estivesse a trabalho na hora do acidente.

A responsabilidade de que se cuida decorre da guarda da coisa inanimada, ou, em outras palavras, do dever de guardar o bem, evitando, em suma, que terceiros façam mau uso dele.



Para se livrar dela, cumpria aos responsáveis pelo veículo demonstrar que não permitiram que José Nilson assumisse a direção do veículo, ou seja, a clandestinidade no uso, o que evidentemente não ocorreu.

Esta, a orientação do STJ (REsp 6.852, rel. min. Eduardo Ribeiro, j. 29.04.91; STJ - 4ª T. – REsp 109.309, rel. min. César Asfor Rocha, j. 20.10.98, RT 764/177), lembrada em julgado desta Câmara (ACR 916.828-0/1, em que foi relator o desembargador Pedro Baccarat, j. 31.05.07).

A respeito do tema, também, a lição de Rui Stoco:

"A responsabilidade pela reparação dos danos é, assim, em regra, do proprietário do veículo, pouco importando que o motorista não seja seu empregado, uma vez que, sendo o automóvel um veículo perigoso, o seu mau uso cria a responsabilidade pelos danos causados a terceiros, nos termos do art. 186 do CC, independentemente de qualquer outro dispositivo legal. A responsabilidade do proprietário do veículo não resulta de culpa alguma, direta ou



PODER JUDICIÁRIO

13

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

indireta. Não se exige a culpa *in vigilando* ou *in eligendo*, nem qualquer relação de subordinação, mesmo porque o causador do acidente pode não ser subordinado ao proprietário do veículo, como, por exemplo, o cônjuge, o filho maior, o amigo, o depositário etc. Provada a responsabilidade do condutor, o proprietário do veículo fica necessária e solidariamente responsável pela reparação do dano, como criador do risco para os seus semelhantes. Confiando o veículo a outrem, filho maior ou estranho, o proprietário assume o risco do uso indevido e como tal é solidariamente responsável pela reparação dos danos que venham a ser causados por culpa do motorista. É a responsabilidade pelo fato da coisa, consoante tem sido reconhecido, inclusive pelo STF (RTJ 84/930 e 58/905). Ao proprietário compete a guarda da coisa. A obrigação de guarda presume-se contra ele" (Tratado de Responsabilidade Civil, RT, 7ª edição, pág. 1.567).

Por fim, as indenizações foram bem fixadas.



PODER JUDICIÁRIO

14

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

O dano material decorre da perda repentina da ajuda econômica que o filho, solteiro, dava aos pais, morasse ou não em companhia deles.

Nada desmente tal alegação, confirmada por irmã do falecido (fls. 316/317).

Trata-se de pessoas humildes, sem qualificação profissional (fls. 17/21), sendo, mesmo, presumível que recebiam auxílio do filho.

O falecido tinha 21 anos e ganhava pouco: R\$528,58 por mês como ajudante geral numa empresa (fls. 25/26).

O juiz sentenciante estimou corretamente o quanto ele devia desembolsar com o conforto dos pais: pelo menos 2/3 dos seus ganhos até que viesse a completar 25 anos e 1/3 depois.

Outrossim, a perda de familiar próximo tem sido considerada fato de que emerge dano moral.

Quando se trata da dor pela morte de pais ou de filhos, a presunção de dano, se entendida como relativa, só poderia ser afastada em face de circunstâncias



muito especiais.

No caso, inexistente dúvida quanto aos laços de afeição que uniam o falecido aos pais.

A reparação de que se cuida não pode ser fonte de enriquecimento nem irrisória ou simbólica; deve ser justa e digna.

Em caso de morte, tem a jurisprudência fixado indenizações superiores a 100 salários-mínimos, chegando, por vezes, a triplicar o valor.

Tal arbitramento prescinde de indicação de valor na inicial, podendo ser genérico o pedido, ficando a critério do juiz a valoração (STJ-4ª T, REsp 175.362-RJ, rel. Aldir Passarinho Jr.).

A sentença arbitrou a reparação em R\$150.000,00, equivalentes, então, a 294 salários-mínimos para os dois autores, sendo, pois, metade para cada um.

Reputa-se a quantia adequada à teoria do desestímulo, não se identificando exagero nem incompatibilidade com a gravidade do fato e as condições



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

16

econômico-financeiras dos réus.

Posto isso, **nega-se provimento aos agravos retidos e às apelações.**

Dyrceu Cintra
Desembargador Relator